

ARTIGO**ECONOMIA SOLIDÁRIA: O IMPACTO DA SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS****SOLIDARY ECONOMY: THE IMPACT OF THE NATIONAL SECRETARIAT FOR SOLIDARITY ECONOMY IN THE LOWER AMAZON REGION****MARIAH WANZELER MASSARANDUBA E SILVA¹****LUIZ GONZAGA FEIJÃO DA SILVA²****MÁRCIA JANETE DA COSTA CUNHA³****ELEN CRISTINA DA SILVA PÊSSOA⁴****RESUMO**

O artigo em questão tem como objetivo compreender como a Secretaria Nacional de Economia Solidária influenciou nas instituições e agentes articuladores da economia solidária em Santarém/PA. A partir disso, o presente texto apresentará o processo de influência da secretaria e como suas ações foram colocadas em prática, se convertendo em resultados concretos para a economia solidária no Oeste do Pará, analisando a experiência do município de Santarém. Metodologicamente se utilizou revisão bibliográfica, pesquisa exploratória a fim de captar diversas posições e análises acerca do tema proposto. O trabalho segue o caráter de pesquisa qualitativa, sendo elaborada uma entrevista semiestruturada, além de pesquisa documental. A pesquisa apontou que instituições como a Universidade Federal do Pará foi uma importante colaboradora em favor da economia solidária na região de Santarém/PA através da Incubadora de Empreendimentos Solidários, voltada para o auxílio de cooperativas e associações que regem as pautas de Economia Solidária; os sindicatos dos trabalhadores rurais de Mojuí dos Campos e Santarém, com apoio à feira da agricultura familiar da UFOPA, bem como o Fórum de Economia Solidária do Baixo Amazonas,

1. Graduada em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Bolsista no Projeto Tecnologia Social e Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis vinculado a IECOSOL. E-mail: mariahmassa64@gmail.com

2. Doutor em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPA. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA/UFPA. Graduado em Ciências Econômicas pela UFPA. Docente na Universidade Federal do Oeste do Pará e colaborador da IECOSOL. E-mail: luiz.silva@ufopa.edu.br

3. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada em Ciências Econômicas (UFPA). Docente na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), e colaboradora da IECOSOL. E-mail: marcia.costa@ufopa.edu.br

4. Doutoranda no Instituto de Economia da UNICAMP. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pará, com Especialização pelo Programa Internacional de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas-FIPAM em Gestão Pública Planejamento e Meio Ambiente- NAEA/UFPA e Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA/UFPA. Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e colaboradora da IECOSOL. E-mail: elen.pessoa@ufopa.edu.br

trazendo a experiência dos seus colaboradores na mobilização social. Conclui-se nessa pesquisa junto à Região do Baixo Amazonas, que a secretaria em questão, influenciou diretamente com elaboração de materiais que continham informações conceituando a economia solidária e como se organizava um empreendimento econômico solidário, foi graças ao material distribuído que a primeira política surgiu na região de Santarém/PA.

Palavras-chave: economia solidária; empreendimentos econômicos solidários; alternativa econômica.

ABSTRACT

The article in question aims to understand how the National Secretariat for Solidarity Economy influenced the institutions and agents involved in the solidarity economy in Santarém, Pará. Based on this, the present text will present the process of influence of the secretariat and how its actions were put into practice, converting into concrete results for the solidarity economy in western Pará, analyzing the experience of the municipality of Santarém. Methodologically, a literature review and exploratory research were used to capture various positions and analyses on the proposed theme. The work follows the qualitative research approach, with a semi-structured interview and documentary research. The research showed that institutions such as the Federal University of Pará were important contributors to the solidarity economy in the Santarém/PA region through the Solidarity Enterprise Incubator, which focuses on assisting cooperatives and associations that govern the Solidarity Economy guidelines; the rural workers' unions of Mojuí dos Campos and Santarém, with support for the UFOPA family farming fair, as well as the Lower Amazon Solidarity Economy Forum, bringing the experience of its collaborators in social mobilization. This research in the Lower Amazon Region concludes that the secretariat in question directly influenced the development of materials containing information conceptualizing the solidarity economy and how to organize a solidarity economic enterprise. It was thanks to the material distributed that the first policy emerged in the Santarém/PA region.

Keywords: solidarity economy; solidarity economic enterprises; economic alternative.



1 INTRODUÇÃO

A partir do século XVIII, a Grã-Bretanha iniciaria o primeiro passo para a Primeira Revolução Industrial. Com ela, ocorreria o surgimento de novas relações entre a sociedade, trabalho e meios de produção, destacadamente, a expulsão dos camponeses das terras rurais sob o domínio senhorial, para a transformação em proletariado, com base em um novo sistema (Singer, 2002). Para Bertucci (2010), Marx e Weber foram autores que estabeleceram uma análise geral do capitalismo e a sua influência na sociedade tradicional e contemporânea, apesar de dois

sociólogos com discordâncias, ainda sim, conseguiram reunir semelhanças em seus estudos, relacionado ao que significa a expansão do poder burguês sobre as relações sociais.

Os estudos feitos por Marx e Weber no início desse período são imprescindíveis para a compreensão do que foi o surgimento do capitalismo. Segundo Bertucci (2010), a análise weberiana se dá de duas formas: a empresa capitalista e a ação econômica capitalista, dessa forma Bertucci (2020, p. 42) cita Weber destacando que “a contabilidade racional do capital, como norma para todas as grandes empresas lucrativas que se ocupam da satisfação das necessidades cotidianas” se estabeleceria como uma condição para encaminhar o capitalismo moderno.

Karl Marx explica que a transição para o capitalismo moderno se deu pela mudança da produção material, financiada pela acumulação primitiva de riqueza. O entendimento da formação dessa estrutura, baseia-se nos mecanismos de formação e manutenção que se baseiam nas relações de produção nesse sistema (Bertucci, 2010). Dessa forma, Marx conclui que o capital é um sistema, onde a relação social de produção é gerada a partir da propriedade privada e no controle deste sobre o trabalho, que se apresenta mercadoria remunerada pelo assalariamento.

No entanto, com o crescente avanço do capitalismo, essa nova forma de produção passaria a trazer consequências a uma parcela da população, pois a extensa jornada de trabalho e a exploração nas fábricas começaram a ameaçar a saúde dos trabalhadores, impedindo a sua produtividade, tanto individualmente como na perspectiva de classe. (Moraes *et al.* 2011). Conforme citado por Bertucci (2010) tanto Marx quanto Weber, ressaltavam que o recrutamento de trabalhadores se deu por um processo violento, como através da expulsão de pequenos agricultores para ceder os seus campos à classe dominante já citada anteriormente, sendo o Estado responsável por submeter a população ao trabalho coercitivo.

Segundo Bertucci (2010, p. 47) Marx (2005) ressalta que “[...] desde o momento em que o trabalho começa a ser dividido, cada um dispõe de uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual não pode sair”, ou seja, é necessário que homens, mulheres e jovens em formação se adaptem em esferas de trabalho que não refletem em sua verdadeira vocação para que possam garantir sua sobrevivência. Em resposta a essa precarização, as buscas por novos meios de sanar a propagação da miséria, desigualdade e o individualismo estruturado pela

classe burguesa, foram respondidas com inovações que prezavam a igualdade, cooperação e solidariedade, sendo uma delas a Economia Solidária (Moraes *et al.* 2011).

A Economia Solidária emerge nesse contexto como uma alternativa econômica ao individualismo e egoísmo dos arranjos capitalistas, visto que seu objetivo é dar visibilidade e promover organizações socioeconômicas que não se regem pela estrutura do capital. No Brasil, a economia solidária ganhou popularidade no decorrer da década de 1990, quando surgiram iniciativas baseadas na livre associação econômica, sendo diferenciadas pelo caráter participativo e por seus ideais de cooperação e autogestão, decorrente da articulação dos movimentos sociais durante a crise do desemprego na década de 1980 e 1990. Esse termo, com sua notoriedade, passou a englobar diversas categorias sociais - unidades informais de trabalho, associações de produtores, empreendimentos e cooperativas populares - podendo ser dedicadas à produção ou prestação de serviços (Gaiger; Kuyven; 2020).

A reivindicação por pautar a Economia Solidária partiu da aliança de movimentos sociais que estavam inseridos à margem da sociedade, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG). Assim, em janeiro de 2003 ocorreu o encontro de representantes desses grupos sociais no Fórum Social Mundial, para a criação do Grupo de Trabalho Nacional de Economia Solidária, que no mesmo ano, seria responsável pela reivindicação e negociação direta com o então governo federal eleito em 2002, para a criação de um espaço destinado a economia solidária na estrutura do novo governo, sendo esse a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES) (Silva; Nagem; 2011).

A SENAES foi instituída oficialmente no ano de 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como parte de um dos programas do Ministério do Trabalho e Emprego. Trouxe consigo a iniciativa de fortalecer a discussão da economia solidária e desenvolver os EES no país. A criação da SENAES, fez com que o movimento da ES presente em parte do território, ganhasse uma expressão nacional. Singer ressalta que se no ano de 1990 a 2004, a discussão sobre esse novo modelo de produção cresceu devido à crise, a partir de 2004 em diante a expansão da economia solidária não podia mais estar associada à marginalização (Arcanjo; Oliveira; 2017).

Diante dessa apresentação, a elaboração desse artigo tem o objetivo de compreender como a Secretaria Nacional de Economia Solidária influenciou nas instituições e agentes articuladores da economia solidária em Santarém/PA. A pergunta norteadora do artigo é a seguinte: Qual o papel da SENAES no desenvolvimento da Economia Solidária em Santarém-PA? A partir disso, o presente artigo apresentará o processo de influência da secretaria e como suas ações foram colocadas em prática, se convertendo em resultados concretos para a economia solidária no Oeste do Pará, analisando a experiência do município de Santarém.

2 METODOLOGIA

O presente artigo está vinculado ao Projeto Consolidação das estratégias integradoras da Feira da Agricultura Familiar da UFOPA, ligado a Incubadora de Economia Solidária (IECOSOL) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A Feira da UFOPA, desde

2016 é um espaço destinados aos EES, rurais e urbanos, e estimula o desenvolvimento da Economia Solidária nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.

Portanto, para a realização desse trabalho, seguiu-se a metodologia de revisão bibliográfica, que segundo Gil (2002), se configura como pesquisa exploratória a fim de captar diversas posições e análises acerca do tema proposto. Dessa forma, os parâmetros de inclusão na pesquisa, foram: artigos científicos, livros, textos e teses de doutorado, que retratavam os conceitos da Economia Solidária, do seu aspecto histórico até a atualidade.

O trabalho segue o caráter de pesquisa qualitativa, fundamentada em amostras intencionais entre os participantes que vivenciaram o fenômeno central da pesquisa (Gil, 2017), utilizando-se a amostragem de variação máxima, sendo elaborada uma entrevista semiestruturada, onde os entrevistados receberam de antemão um roteiro, podendo haver perguntas externas a ele.

Para complemento deste, também se utilizou da pesquisa documental, que Gil (2017) ressalta que apesar das semelhanças com a pesquisa bibliográfica por trabalhar com fontes já existentes, a pesquisa documental se difere pela diversa finalidade que determinado material foi elaborado, podendo este ser para autorização, comunicação etc. Sendo assim, houve o uso de jornais locais que constavam os registros do início do desenvolvimento da Economia Solidária no

município de Santarém/PA. No que tange os aspectos éticos e legais deste artigo, optou-se por manter no anonimato a identificação dos entrevistados.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Economia Solidária e os seus princípios

Diferente do capitalismo que prega o individualismo e competitividade, a economia solidária é apresentada como um conjunto de princípios e valores do cooperativismo, autogestão e solidariedade. Para Bertucci (2010, p. 51), a ES se configura como:

[...] o que apresenta a ES como sendo formada por um conjunto de organizações econômicas, caracterizadas pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela autogestão do trabalho por meio de mecanismos de tomada coletiva de decisões e pelo engajamento comunitário.

Para Gaiger (2003, p. 181), ao tratar sobre “polimorfismo estrutural”, destaca o papel das diferentes instituições organizadas por trabalhadores(as) no mundo do trabalho, organizadas entre associações e cooperativas, ou seja, “de empreendimentos situados em diferentes setores produtivos – da produção familiar à indústria de transformação – envolvendo diversas categorias de trabalhadores. Segundo Singer (2002) a economia solidária é um novo modo de produção que une os princípios da propriedade coletiva e o direito à liberdade individual. Singer (2002) configura esses termos com a existência de sociedades econômicas cooperativas e associativas, onde trabalhadores ou cooperados possuem o capital distribuído por igual e sem competitividade. Para Amorim (2010) a economia solidária se apresenta como uma iniciativa de geração de renda, que se expõe através de coletivos de trabalho de natureza e formas de organização espelhadas na cooperação e democracia, defendendo os princípios de autogestão e solidariedade.

A autogestão é o atributo principal para o surgimento de um empreendimento solidário, que se configura como uma prática onde todos são responsáveis pelas demandas e problemas da cooperativa ou associação, sem que exista um patrão. Para Valente (2007) a autogestão é uma prática de administração onde todos os trabalhadores participam da coordenação do empreendimento e tomam as decisões. Sguarezi (2020, p. 63) pontua que:

[...] a economia solidária, e a autogestão dialogam com a questão social se mostrando como uma alternativa não apenas inteligente, mas necessária

e viável para dar respostas concretas ao impacto da reestruturação do processo produtivo provocadas pela introdução das novas tecnologias e suas repercussões no mundo do trabalho.

É possível observar que a autogestão é um experimento social que se constitui e se reconstrói por conta própria (Valente, 2007, p. 7). Em relação à solidariedade, é possível averiguar sua presença na forma em que é conduzido o empreendimento, nas relações de troca e recíproca dos empreendedores. Dessa forma, Singer (2002, p. 9) retrata que "A solidariedade na economia só pode ser realizada se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. "

E o pontapé para isso ocorrer está por meio de associações ou cooperativas, conhecidas como Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), onde todos são lidos como iguais, possuem a decisão do voto e têm a mesma distribuição do capital. Vamos aprofundar um pouco mais esse conceito. Os EES que constituem a economia solidária são vistos como organizações coletivas organizadas de forma autogestionária e que realizam atividades de produção de bens e serviços, podendo ser de crédito ou finanças, comércio e consumo solidários. Na perspectiva do SIES, empreendimentos econômicos solidários podem ser: cooperativas, associações, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca etc.; cujo participantes são trabalhadores do meio rural e urbano, que praticam coletivamente a gestão das atividades e a obtenção dos resultados.

São considerados empreendimento solidários os que já estão constituídos, com grupos de trabalhadores e atividades econômicas definidas, e aqueles que ainda estão na fase de implementação (Brasil, 2005, p. 13). Contudo, conforme problematizam Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018), essa definição possui caráter normativo e governamental, sendo insuficiente, por si só, para a apreensão analítica da diversidade e complexidade dos empreendimentos econômicos solidários (EES). Do ponto de vista teórico, os EES são compreendidos como organizações econômicas coletivas que articulam, de forma indissociável, uma racionalidade econômica e uma racionalidade social, integrando práticas produtivas orientadas à eficiência e à viabilidade econômica com valores de cooperação, solidariedade e autogestão (Gaiger; Ferrarini; Veronese, 2018). Nessa perspectiva, a atividade econômica constitui finalidade primordial do empreendimento, devendo ser contínua e capaz de assegurar sua sustentabilidade com base, majoritariamente, em recursos próprios, assumindo os riscos inerentes à produção, à prestação de

serviços ou à comercialização (Gaiger *et al.*, 2018).

Dessa forma, a economia solidária se estabelece como um meio de enfrentar a pobreza e desigualdade, tendo como unidade de produção e socialização os EES, fazendo com que uma parcela da sociedade que não possui um emprego formal, consiga se inserir em um meio de trabalho (Costa, 2022). A economia solidária, portanto, amplia o repertório da sociedade para além das relações assalariadas no que se refere às maneiras que o trabalhador direto pode garantir sua subsistência e de sua família.

3.2 A Secretaria Nacional de Economia Solidária e a região do Baixo Amazonas/Santarém

Na Região do Baixo Amazonas, especificamente em Santarém-PA, as políticas públicas de economia solidária começaram a emergir no ano de 2006, quando já estava incluído no PPA 2006-2009. O programa pioneiro em Santarém/PA, foi a Escola da Economia Solidária (Econsol), que tinha como objetivo a formação de empreendedores solidários, para que ao terminar seu aprendizado teórico, pudesse ter apoio financeiro e acompanhamento para organizar o seu futuro empreendimento (Costa, 2022, p.109).

Conforme ressalta Costa (2022), a Econsol era uma política pública de apoio a quem estivesse interessado em administrar um empreendimento com consciência e responsabilidade, a sua estrutura era de prática-teoria-prática. Primeiramente, era analisada a situação em que os alunos vivenciavam sendo empreendedores, em seguida, iam para os conceitos teóricos e por último, era aplicado a implementação de um empreendimento solidário gerido pelos próprios alunos, com posterior acompanhamento e devidas providências.

Para responder à pergunta do trabalho, ainda seguindo na linha de políticas públicas e influência da Secretaria Nacional de Economia Solidária na Região do Baixo Amazonas, seguiu-se a metodologia de entrevistas semiestruturadas com agentes do poder municipal, movimentos sociais e da universidade, que serão retratados de forma anônima, com as seguintes descrições: Entrevistada A, Entrevistada B e Entrevistado C.

Iniciou-se a entrevista com a ex-secretária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (SEMDES) e ex-coordenadora da Escola de

Economia Solidária em Santarém/PA, bacharel em Ciências Contábeis e especialista em contabilidade e direito tributário, e aqui sendo colocada como “Entrevistada A”, foi pioneira na formulação do programa municipal e a responsável por levantar o debate da Economia Solidária na região. Sua trajetória com a ES inicia por questões de convicção, ao acreditar na igualdade e justiça, a mesma relata que *“O fato de nós estarmos na época em um governo de esquerda, que também tinha essa visão, junto com as pessoas que me cerquei, que já tinham esse lado da educação mais popular”* fez com que comprasse a bandeira da economia solidária e tivesse força de vontade para seguir com o programa.

Para realizar essa empreitada, a Entrevistada A relembra, que na sua gestão a Escola de Economia Solidária teve influência direta com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Ela recorda que foi a Brasília e se reuniu com os responsáveis pela pasta de economia solidária. Foi a partir dos materiais arrecadados diretamente do Ministério do Trabalho e Emprego, que o projeto da Econsol se consolidou, originando outras oportunidades que estariam por vir.

“Então, a gente começa através desse material que a gente conseguiu na Coordenação Nacional da Economia Solidária. Depois dessa viagem que a gente esteve em Brasília. E a gente consegue esse material que foi a nossa base para a gente entender tudo por onde começar, qual era o nosso caminho para percorrer. E aí é que nasceu, dentro do nosso planejamento, a criação da Escola de Economia Solidária”.
(Entrevistada A, 2024, entrevista concedida aos autores)

O projeto fechou parceria com a Prefeitura Municipal, que na época estava sob comando da Prefeita Maria do Carmo (PT). O município cedeu salas de aulas a Escola que se fixou em alguns polos da região de Santarém, para a capacitação de monitores para que entendessem a economia solidária, esse conhecimento seria repassado adiante para o futuro empreendedor gerir seu empreendimento econômico solidário.

Figura 1 – Folheto informando sobre a escola de Economia Solidária em Santarém-PA



Fonte: Informativo Cidade da Gente (2007, vol.11)

A Entrevistada A ressalta que as políticas de inserção à economia solidária em Santarém/PA, quando voltadas a capacitação, treinamento e acompanhamento do empreendedor, para que ele entenda que ter um empreendimento não é apenas focar na comercialização, e sim, na produtividade e qualidade do trabalho, a política flui de uma maneira positiva e com a capacidade de fazer o empreendedor enxergar as necessidades para se manter no mercado. E isso se provou na prática, ao fechar parcerias com instituições que ajudaram a fomentar o avanço dos empreendedores, alguns dos exemplos estão na capacitação ofertada pela Prefeitura Municipal de Santarém, no Curso Básico de Administração e Cooperativismo.

Figura 2 - Capacitações efetuadas pela Prefeitura de Santarém-PA



Fonte: Informativo Cidade da Gente (2007, vol.12)

Nessa capacitação, como descreve o jornal, 25 se formaram no curso, que resultou no ingresso a Cooperativa do Cucurunã (COOPAC), a cooperativa era voltada à produção de farinha, artesanato e plantas ornamentais e medicinais. A cooperativa financiada pelo Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e executada como projeto pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Social (SEMDES) fomentou capacitar os cooperados em cursos específicos para melhorar a produção e qualidade da culinária desenvolvida na cooperativa.

Outras instituições contribuintes para a qualificação de mão-de-obra, foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), como relata nossa primeira entrevistada:

“A gente conseguiu fazer parceria com várias pessoas, então nós contávamos com o Sebrae, porque entendíamos que tínhamos que começar a qualificação, então o Sebrae ele já tinha tudo isso, tanto o Sebrae quanto o Senac, o Senar, o próprio Sesc, porque são entidades que já foram criadas para esses fins. Eles me ajudaram na capacitação dos monitores, a Emater com o conhecimento técnico focado na área rural, assim como a Embrapa, tudo área rural. Tudo isso era justamente para capacitar os monitores (que iriam trabalhar com os empreendedores) então dependendo da sua atividade, a gente sabia o que que tinha para trabalhar com aqueles empreendedores dentro da economia solidária”. (Entrevistada A, 2024, entrevista concedida aos autores)

Percebe-se como a influência da criação da SENAES, a nível nacional, trouxe iniciativas de construção de programas vinculados a políticas públicas de Economia Solidária a nível municipal, que acarretaram o desenvolvimento de empreendedores

qualificados a gerir seu empreendimento econômico solidário. Ela ressalta que o cooperativismo foi a base para que a linha de raciocínio da economia solidária se estabelecesse dentro do programa e que todos os projetos executados deveriam seguir o eixo da economia solidária e que a partir disso, verifica com positividade a inserção da economia solidária na região do Baixo Amazonas.

Para dar continuidade ao debate da Economia Solidária, prossegue-se para a segunda entrevista, denominada como “Entrevistada B”, sendo a representante do Fórum de Economia Solidária do Baixo Amazonas. Pedagoga e mestre em políticas públicas, a entrevistada conta que sua história com a Economia Solidária se inicia no ano de 1983, quando trabalhou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e teve a oportunidade de vivenciar as experiências coletivas em Santarém/PA, especificamente no setor rural. Desde os barcos comunitários a revendas comunitárias, ela ressalta que o esforço era coletivo e com o intuito de driblar a carestia, e isso os obrigava a se unirem para produzir, mas também comercializar a sua produção.

“Então, a partir de 1983, eu comecei a ter um pouco mais de interesse em ver que a economia, se a população mais pobre se organizar, ela pode fazer um processo econômico que vá melhorar a sua vida, a sua renda, a dignidade da sua família. E que a economia passou a ser, na minha mentalidade, determinante para que houvesse uma melhoria na vida dos seres humanos.” (Entrevistada B, 2024, entrevista concedida aos autores)

No entanto, a entrevistada discorre que sua compreensão sobre economia solidária ser um contraponto ao capitalismo, aumentou quando iniciou a pós-graduação em Gestão Pública voltada ao mundo do trabalho. Foi estudando as experiências do Banco do Povo de Bangladesh e do Banco do Povo de Porto Alegre, que levaram a trabalhar na Secretaria de Trabalho e Renda, em Brasília. Isso resultou na criação do Banco do Povo de Brasília, ela conta que acabou se envolvendo muito e seu acúmulo de conhecimento e experiência a fez ser chamada para trabalhar no programa de microcrédito solidário, pela ex-governadora do Pará, Ana Júlia, onde teve a oportunidade de estudar a experiência do Banco do Povo de Belém/PA. Após ser contratada, atuaram na Região do Baixo Amazonas, criando comissões de microcrédito solidário que promovessem acesso a financiamento e compreensão sobre essa questão. A partir disso, a entrevistada ressalta:

“Então, nós começamos a sistematizar a diferença da economia solidária para a economia capitalista. E aí se levantaram os fundamentos do capitalismo, que estão na concentração de renda, que é a questão da competição, que é a questão do salve-se quem puder, do individualismo

e a economia solidária, que vem trazendo a discussão da autogestão, em que as pessoas que produzem, elas planejam tudo o que vão fazer, não só pelo dinheiro, mas para terem também a alegria de participar desse trabalho, que vai lhe dar um pouco mais de dignidade. Mas também a questão da solidariedade, a cooperação, a responsabilidade com a questão ambiental, entre outros princípios." (Entrevistada B, 2024, entrevista concedida aos autores)

Ao ser perguntada sobre a importância da Secretaria Nacional de Economia Solidária para região de Santarém/PA, a Entrevistada B discorre que a secretaria tem uma importância significativa, visto que traz o exemplo de que a economia solidária pode ser uma política pública e que consegue ser desenvolvida dentro desses moldes na esfera municipal. A entrevistada retifica os ensinamentos da SENAES para elaboração de políticas públicas, desde o conhecimento da realidade, para que haja indicadores do que deve ser planejado e desenvolvido, até levantamento de dados, como descreve a seguir:

"A Secretaria Nacional de Economia Solidária nos ensinou que o primeiro ponto de partida para você trabalhar uma política pública de economia solidária é o conhecimento da realidade, fazer o levantamento de todos os empreendimentos coletivos, grupos solidários, cooperativas, associações que estão trabalhando com fundamentos da economia solidária." (Entrevistada B, 2024, entrevista concedida aos autores)

A Entrevistada B destaca que a constituição da secretaria veio para mostrar que a Economia Solidária não é uma "doação" do poder público, ela só vai se estabelecer com a articulação dos movimentos sociais, como foi mostrado nos tópicos anteriores, a criação da SENAES só foi possível junto com a movimentação dos fóruns sociais mundiais e elaboração do GT de economia solidária, como relata a seguir:

"O segundo ponto que a SENAES mostra para nós, é de que a economia solidária não vai ser uma dádiva, uma doação do poder público. Ela só vai acontecer se os movimentos sociais se organizarem. Porque, para acontecer a SENAES, teve que acontecer a partir dos fóruns sociais mundiais que ocorriam, por exemplo, em Porto Alegre e Belém, eles criaram o GT de economia solidária, os grupos de trabalho de economia solidária para que houvesse um levantamento com essas referências dos estados e municípios sobre o que deveria ser o plano de trabalho da SENAES." (Entrevistada B, 2024, entrevista concedida aos autores)

A Entrevista B frisa constantemente que a economia solidária como política pública nos municípios, deve ser pautada e reivindicada através de pressão dos movimentos sociais, para que o recurso público proveniente do povo, venha ser para fortalecer uma nova economia. Além disso, destaca a importância da Universidade Federal

do Oeste do Pará (UFOPA) com a Incubadora de Economia Solidária (IECOSOL) que surge para fomentar e assessorar empreendimento econômicos solidários, como cooperativas de catadores e catadoras e cooperativas de produção, que buscam meios alternativos de subsistência e transformam isso em geração de trabalho e renda.

Em segundo, cita o Fórum de Economia Solidária do Baixo Amazonas, que emerge com um esforço coletivo para que as entidades que atuam com a economia solidária se reconheçam como rede de apoio. Esse esforço fez com que fosse realizada em 2024 a 1ª Feira de Economia Solidária do Baixo Amazonas, que contou com pessoas de diversos municípios da região, que trouxeram consigo sua forma de produção e experiência. Atualmente, o fórum trabalha na elaboração de um núcleo de cooperativas, que irão planejar como fornecer merenda escolar e produzir de maneira sustentável. Isso resulta no fortalecimento da agroecologia através da economia solidária, diante da ascensão do agrotóxico e monocultura de grãos na região. A entrevistada também ressalta a importância do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Baixo Amazonas, como relata a seguir:

“Eu destaco os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Baixo Amazonas, esses sindicatos, eles têm sido muito importantes para ajudar, principalmente, nesse processo educativo de fazer os encontros, estudos, para que as pessoas despertem que não dá para ser cada um por si. Ou as pessoas se organizam, se unem, se criam os grupos, ou fica muito difícil a competição com esse crescimento da brutalidade do capitalismo na nossa região, que vem concentrando, a terra na mão de poucos.”
(Entrevistada B, 2024, entrevista concedida aos autores)

Por fim, a entrevistada conclui dando ênfase na união e esforço coletivo dos trabalhadores e movimentos sociais, que seguem a linha da economia solidária como forma de resistência às adversidades que cercam o Baixo Amazonas. Assim como apresenta a magnitude da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e a relevância para a construção de políticas públicas na esfera municipal.

As entrevistas encerram-se com o terceiro participante, denominado “Entrevistado C”. Graduado e Doutor em Economia pela UFPA, o entrevistado integra a Incubadora de Economia Solidária (IECOSOL) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) desde 2014, e conta que sua trajetória com a economia solidária se inicia ainda na graduação, no ano de 2007, quando foi bolsista da Incubadora Tecnológica de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (ITCPs) da Universidade Federal do Pará (UFPA). O entrevistado menciona que na incubadora, ministravam

curiosos e oficinas na região de Belém e Baixo Tocantins, com as cooperativas que produziam açaí e associações urbanas. E que após aprovação do Programa Bolsa Trabalho em parceria com a incubadora e governo do estado, as atividades se expandiram mais e começou a trabalhar em outras localidades, como afirma a seguir:

“Quando foi 2008, a incubadora aprovou um programa, um projeto junto com o governo do estado, que eu acho que era Bolsa Trabalho o nome. Aí, a coisa se expandiu muito. A incubadora se expandiu muito e aí foi que eu comecei a ir para Marabá, acho que até Tailândia, ajudando a ministrar as oficinas e cursos como bolsista. Dando suporte, a gente ia para o interior, se afastava um, dois dias e três dias, ia fazer essas oficinas, essas grandes reuniões ampliadas que tinham, principalmente Marabá, que era um polo. Então, desde essa época eu venho trabalhando com a economia solidária.”

(Entrevistado C, 2024, entrevista concedida aos autores)

O Entrevistado C conta que apesar de ter se afastado da economia solidária no mestrado, se encontrou novamente nessa área quando foi efetivado professor da UFOPA, em 2014 e quando conheceu a IECOSOL. A partir de então a antiga coordenadora lhe repassou a liderança da incubadora, onde colocou em prática toda experiência e aprendizado do que tinha vivenciado na incubadora de Belém/PA.

“E aí eu unio as duas coisas. O que eu vivenciei e aprendi como bolsista na incubadora lá da UFPA, eu nunca abandonei ou esqueci toda aquela experiência que eu vivi, tanto dentro da incubadora, com os colegas que eu fiz lá, como com as pessoas que eu trabalhei fora, nas cooperativas e as associações, e eu uni também com a minha pesquisa do mestrado, que era agricultura familiar. Então, eu uni as duas coisas e comecei a trabalhar na incubadora aqui na UFOPA com uma cooperativa lá de Mojuí dos Campos. Então, foi o meu primeiro grupo que eu trabalhei, já como coordenador do projeto da incubadora aqui da UFOPA.”

(Entrevistado C, 2024, entrevista concedida aos autores)

A incubadora sob seu comando resultou na formação de cursos e oficinas de planejamento estratégico, economia solidária, contabilidade e comércio justo, tudo para avançar na construção da economia solidária dentro da universidade e ajudar na disseminação desse conhecimento. Logo em 2016, a incubadora iniciou a organização da Feira da Agricultura Familiar, que se tornou, posteriormente, o foco da IECOSOL. A FAF, como é conhecida, é baseada nos eixos da economia solidária e comércio justo, além disso, incentiva a agroecologia, o respeito à natureza e o empoderamento feminino. O entrevistado reitera que tenta implementar ações de solidariedade dentro e fora da feira, para que os clientes também sejam atingidos

com a pauta da economia solidária.

"[...] venho tentando implementar uma série de ações para reforçar essa solidariedade com esse grupo da feira, que boa parte eu não conhecia, mas agora a gente está super integrado. Então, a gente está desenvolvendo uma série de ações para fortalecer os princípios da Economia Solidária, não só dentro da feira, mas também com nossos clientes. E está sendo um trabalho muito gratificante. "

(Entrevistado C, 2024, entrevista concedida aos autores)

Ao ser questionado sobre o desenvolvimento da economia solidária no município de Santarém/PA, o entrevistado afirma que não se recorda de nenhuma iniciativa, enquanto coordenador da Incubadora, de ação do poder público municipal e estadual para a realização de campanhas ou atividades que envolvessem a economia solidária, como destaca a seguir:

"E assim, desde que eu cheguei em 2014, eu sinceramente não me recordo, enquanto coordenador da Incubadora, de 2014 a 2018 e agora, de a gente ter sido provocado pelo poder público municipal ou estadual para realizar uma campanha mais ampla de economia solidária, com uma proposta de desenvolvimento aqui em Santarém. Então assim, como política pública a iniciativa é muito pouca, entendeu?"

(Entrevistado C, 2024, entrevista concedida aos autores)

No entanto, o participante ressalta que a economia solidária como manifestação dos movimentos sociais, de se organizar para produzir, reivindicar seus direitos e pautas políticas, possui um potencial muito grande na região. Dessa forma, frisa a importância de disseminar as noções da economia solidária e reafirma que a incubadora já atendeu diversos grupos, desde cooperativas e associações, para que mesmo que não se identifiquem com as pautas da ES, em algum momento já ouviram falar sobre.

Em seguida, ao ser perguntado sobre a Secretaria Nacional de Economia Solidária, o Entrevistado C contou que o conhecimento sobre a secretaria se iniciou no ano de 2015, em um evento oferecido pela universidade, onde juntou coordenadores e participantes de incubadoras de algumas localidades do país. O entrevistado se recorda que durante o debate, foi apresentado um material de divulgação da secretaria, e nele continha cartilhas descrevendo o que era a economia solidária e um CD-Rom, com cursos que envolviam a ES;

Figura 3 - Cartilhas, manual e cd-rom economia solidária



Fonte: Brasília: MTE, SENAES, FBES (2007).

Todo esse material foi de extrema utilidade para a elaboração de cursos e oficinas oferecidos pela incubadora na qual coordena;

“Então, a Secretaria, nesse sentido, teve para a gente na incubadora uma importância muito grande, porque foi através do material de divulgação deles, os CD-ROMs, os vídeos, as cartilhas, que eles deram um material um pouco mais organizado, pedagogicamente mais bem pensado, mais bem ilustrado, que deu força e deu apoio para a gente intensificar nossas ações de extensão com oficinas e cursos. Então, foi fundamental nesse sentido, além do banco de dados que nos ajudou muito com as publicações.”
(Entrevistado C, 2024, entrevista concedida aos autores)

O Entrevistador C menciona que as instituições que mais colaboraram em favor da economia solidária na região de Santarém/PA, foram: a UFOPA, em primeiro lugar, através da incubadora de economia solidária, voltada para o auxílio de cooperativas e associações que regem as pautas de ES; os sindicatos, em segundo e, em especial, o Sindicato de Mojuí dos Campos, apoiando a feira da agricultura familiar, dando suporte no transporte dos trabalhadores e seus produtos; por último, o Fórum de Economia Solidária do Baixo Amazonas, trazendo a experiência dos seus colaboradores na mobilização social.

Em síntese, o entrevistado enfatizou a importância da incubadora na propagação do que é a economia solidária no município de Santarém/PA, destacou que tomou conhecimento da Senaes ainda na universidade em um evento e, através deste, recebeu o material fundamental para a elaboração de cursos e oficinas a respeito da ES.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a influência da Secretaria Nacional de Economia Solidária na região do Baixo Amazonas e dissertar como se deu a articulação da ES em empreendimentos em Santarém/PA.

As experiências da economia solidária se moldam em torno das mazelas propagadas pelo capitalismo, como a exploração dos trabalhadores, pobreza e desemprego. Apesar do desenvolvimento do modo de produção capitalista logo após a revolução industrial e a influência do sistema nos meios de produção, a união e iniciativa de trabalhadores e trabalhadoras de fomentar uma nova economia, permanecem atualmente.

Dessa forma, conforme ressalta Costa (2020), a economia solidária como alternativa de geração de trabalho e renda, tem como propósito transformar o cenário capitalista da sociedade, promovendo o trabalho cooperativo, coletivo e solidário, capaz de modificar as relações pessoais e ambientais. Sendo assim, o debate e propagação do movimento de economia solidária no Brasil, como pauta política e socioeconômica, se deu não só pela pressão dos movimentos sociais, mas também pela ascensão de um governo de esquerda no país, em particular o Partido dos Trabalhadores (PT), que a economia solidária ganhou margem nas agendas do governo federal, ao ponto de constituir uma secretaria própria.

A SENAES, se constituiu com o propósito de ajudar trabalhadores e trabalhadoras sem trabalho a se organizar em empreendimentos solidários, mas não somente isso, a SENAES teve papel fundamental para dar visibilidade nas pautas da economia solidária e serviu de parâmetro para a formulação de políticas públicas a nível municipal e estadual.

Na Região do Baixo Amazonas, como foi mostrado, a secretaria influenciou diretamente com a elaboração de materiais que continham informações conceituando a economia solidária e como se organizava um empreendimento econômico solidário, foi graças ao material distribuído que a primeira política surgiu na região de Santarém/PA. A Escola de Economia Solidária é um feito na história do desenvolvimento da ES no município, focando em uma nova economia de geração de trabalho e renda, e em impulsionar a formação de empreendedores e empreendimento econômicos solidários, a Econsol se inseriu com positividade na cidade e resultou em projetos para fortalecer as cooperativas da região (Costa,

2020).

O material atribuído também foi responsável por consolidar ainda mais a incubadora de economia solidária (IECOSOL) da UFOPA, ao possibilitar a formulação de oficinas e minicursos que ampliaram o conhecimento dos membros da incubadora, e que puderam passar adiante para os participantes dos projetos vinculados a IECOSOL. Outro fator importante para o desenvolvimento da ES em Santarém/PA, foi a formulação do Fórum de Economia Solidária do Baixo Amazonas, que se destaca pelo esforço coletivo das entidades para a criação de uma rede de apoio fortalecida, isso resultou na elaboração da 1ª Feira de Economia Solidária do Baixo Amazonas, que propôs o incentivo do trabalho de geração e renda, assim como fomentar a resistência e permanência dos agricultores familiares nas suas terras. A Feira contou com a contribuição de produtores e agricultores de vários municípios do Baixo Amazonas.

Em suma, a ascensão da ES em Santarém passou diretamente pela secretaria, esse apoio se converteu em desenvolvimento de comunidades que prezam pela sustentabilidade e por ambientes de melhor qualidade para os seus participantes e colaboradores. Portanto, é notório a influência da secretaria para a construção do cenário socioambiental e econômico da região do Baixo Amazonas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. N. **Economia solidária – princípios e contradições**. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2010. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/andressa_nunes_amorim.pdf.

ARCANJO, M. A. S.; DE OLIVEIRA, A. L. M. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 13, p. 232-249, 2017.

ARCANJO, M. A. S.; DE OLIVEIRA, A. L. M. Para Uma Nova Economia: Percepção de Representantes de Organizações de Economia Solidária Sobre o Impacto das Ações da SENAES em Belém (PA). **Revista Pesquisa e Debate**, v. 29, n.1, p. 215-236, 2018.

BRASIL. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**: 2005. Brasília: Ministério do Trabalho e

Emprego; Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2006.

COSTA, L. D. C. P. D. **Economia solidária e território**: contribuições para o desenvolvimento econômico do município de Santarém-PA. 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade - Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2022.

DAMASCENA, M. B. **Análise da reconstrução da política pública de economia solidária no governo do estado do Rio Grande do Sul (2011-2012)**. 2013. 147 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FERREIRA, F. M.; LOMBARDI, L.; SEVERINO, M. R.; CARVALHO, C. R. R.; CAMPOS, F. R. Políticas públicas de Economia Solidária: uma revisão da literatura. **Revista de Economia do Centro-Oeste**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 49-69, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v16i39.18642>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642>. Acesso em: 02 jan. 2026.

GAIGER, L. I.; FERRARINI, A.; VERONESE, M. O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 137–169, 2018. DOI: 10.1590/001152582018149.

GAIGER, L. I. G; KUYVEN, P. S. Economia solidária e trajetórias de trabalho uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 103, p. 1-18, 2020.

MORAIS, E. E. de et al. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 67-88, jan./mar. 2011.

OLIVEIRA BERTUCCI, J. A produção de sentido e a construção social da economia solidária. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 1, jan./abr. 2011.

OLIVEIRA, F.; LEIRNER, A. N. Relações de trabalho, processos cotidianos e empreendimentos de economia solidária: duas experiências do Programa Oportunidade Solidária. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 243-256, 2009.

POLÍTICAS **Públicas em Economia Solidária**: reflexões da Rede de Gestores/ Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária; Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro; Secretaria Nacional de Economia Solidária. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

PRAXEDES, S. F. **Políticas públicas de economia solidária**: novas práticas, novas metodologias. 2009.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Dez anos de secretaria nacional de economia solidária (SENAES)**. 2014.

SILVA, R. M. A. Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Ondina. **Anais [...]**. Ondina: Universidade Federal da Bahia, 2011. p. 1-16. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2646/2468>. Acesso em: 25 nov. 2025

SILVA, R. D. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: conquistas de direitos e desafios institucionais. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, v. 1, p. 8-34, 2017.

SILVA, S. P.; NAGERN, F. A. (2011): **A economia solidária na agenda das políticas públicas nacionais**: Uma análise do programa economia solidária em desenvolvimento, Texto para Discussão, No. 1682, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília.

SGUAREZI, S. B. **Autogestão e economia solidária**: limites e possibilidades. 2011. 258 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

XAVIER, E. **Economia solidária: um novo modo de viver**. 2009.